

## Julgamento do piloto do avião sul-africano

# MINISTÉRIO PÚBLICO RECORRE DA SENTENÇA

• Delegado não concordou com a decisão do Tribunal Popular Provincial de Nampula

por Leandro Paul e Edmundo Matos

O Tribunal Superior de Recurso vai julgar o piloto do avião sul-africano, Clives Costello, de nacionalidade britânica, condenado pelo Tribunal Popular Provincial de Nampula a seis meses de prisão convertíveis em multa à ordem de 1200,00 MT diários, visto o Delegado do Ministério Público daquela instância jurídica ter interposto recurso.

A informação de pedido de recurso, por parte do Delegado do Ministério Público, foi confirmada telefonicamente pelo «Notícias», na tarde de ontem, junto do Tribunal Popular Provincial de Nampula. Após a leitura da sentença, durante a audiência do Tribunal, na noite de sexta-feira última, o Delegado do Ministério Público no Tribunal daquela cidade, não concordou com a sentença aplicada e afirmou que recorreria ao Tribunal Superior de Recurso, em Maputo.

Contactado o Juiz-Presidente deste referido Tribunal, em Maputo, Dr. Victor Serraventoso, ele afirmou que, caso o Ministério Público faça efectivamente o pedido de recurso dentro do prazo estipulado, o Tribunal Superior de Recurso julgará o piloto do avião sul-africano, acusado de ter prestado falsas declarações às autoridades aeronáuticas moçambicanas, ter aterrado no Aeroporto de Nampula, sem a devida autorização e ter violado o espaço aéreo moçambicano nos dias 20 e 27 de Junho.

Sabe-se, por outro lado, que se encontram em Maputo desde a noite de domingo os cinco passageiros do mesmo avião sul-africano que ficaram retidos em Nampula, embora não tivessem ficado à ordem do Tribunal.

### PASSEIROS ESTÃO EM MAPUTO

Segundo informações colhidas em Nampula, os passageiros foram muito bem tratados, tendo durante o período da sua retenção permanecido numa casa de hóspedes naquela capital provincial.

O Encarregado de Negócios da Embaixada da França, em Maputo, René Revoltier, confirmou que os passageiros, três dos quais de nacionalidade francesa, se encontram em Maputo, embora nada lhe tivesse sido oficialmente comunicado pelas estruturas moçambicanas.

Os passageiros são J. Havard, J. Auger e A. Le Vehan, todos de nacionalidade francesa, e David Toooh e Lucas Neel, ambos de nacionalidade sul-africana.

O piloto Clives Costello, permaneceu do momento em estado de prisão, até que o Tribunal Superior de Recurso, na capital, tome as devidas deliberações sobre o caso.

### A HISTÓRIA DAS FALSAS DECLARAÇÕES

A história deste caso teve início a 15 de Junho passado, conforme ficou comprovado durante as sessões do Tribunal de Nampula.

Naquela data, a companhia proprietária do avião pilotado por Clives Costello, «Indian Ocean Export», enviou à Secretaria de Estado da Aeronáutica Civil da RPM um telex, com o n.º 2130, solicitando permissão para um seu avião sobrevoar território moçambicano e aterrar num dos aeroportos moçambicanos, entre os quais Quelimane, Nampula ou Pemba, durante uma rota entre Shikela, no Malawi e as ilhas Mayotte, no arquipélago das Comores.

Esta aterragem num aeroporto moçambicano, serviria para reabastecer de combustível o avião sul-africano. Esse telex além de identificar a aeronave, afirmava ainda que a viagem de regresso se efectuará a 23 de Junho do corrente ano e que o piloto seria um tal M. Blisson e não Clive Costello, como se veio a verificar.

Em resposta as autoridades moçambicanas informavam a companhia sul-africana que não era concedida autorização para qualquer tipo de aterragem em qualquer dos aeroportos moçambicanos, concedendo, no entanto, a permissão de sobrevoar do território moçambicano, a 20 de Junho, na rota pedida pela companhia, entre Shikela e Mayotte.

Um novo pedido foi feito pela companhia «Indian Ocean Export», solicitando desta vez a alteração da data para a realização do voo, para 19 e não 20 de Junho. As entidades moçambicanas responderam, a 18 de Junho, que não concediam tal autorização e que os interessados escolhessem uma nova data para sobrevoar território moçambicano. Na mesma informação foi ainda pedida a Ind-

cação das horas de entrada e saída do espaço aéreo moçambicano.

Foi neste mesmo telex que o Departamento de Aviação Civil do nosso País chamou a atenção da companhia sul-africana para o facto de que pedidos dessa natureza deveriam ser enviados com pelo menos 72 horas de antecedência.

### VIOLAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO

Segundo foi dito durante o julgamento, não obstante o piloto Clive Costello ter conhecimento destas novas condições, levantou voo a 20 de Junho, da África do Sul, rumo às ilhas Mayotte, data que entretanto, havia sido cancelada não só pela companhia «Indian Ocean Export», como pelas autoridades moçambicanas.

Já no espaço aéreo moçambicano, o piloto entrou em contacto com a Torre de Controlo do Aeroporto de Nampula.

Funcionários desta Torre de Controlo, perguntaram ao piloto se estava munido da necessária autorização para sobrevoar o espaço aéreo do nosso País. Costello declarou, então, que estava munido de tal permissão. Durante o julgamento, veio a comprovar-se que o voo foi feito sem autorização visto as autoridades moçambicanas se terem recusado que o mesmo se efectuasse, como era do conhecimento da companhia proprietária do avião.

Durante a comunicação com a Torre de Controlo, o piloto Costello solicitou, ainda, ao controlador de serviço para, no regresso das ilhas Mayotte aterrar no Aeroporto de Nampula, para se reabastecer de combustível, não obstante ele ter conhecimento de que as autoridades da Secretaria de Estado da Aeronáutica Civil tinham, dias antes, recusado qualquer aterragem em aeroportos moçambicanos.

A 27 de Junho, e já no regresso, o piloto Clive Costello sobrevoou uma vez mais, Nampula e estabeleceu contacto com a Torre de Controlo, solicitando a autorização para aterrar no

aeroporto. De novo, foi interrogado se possuía autorização para o efeito, tendo os controladores recebido uma resposta afirmativa.

### FALSAS DECLARAÇÕES

O controlador de serviço, ao verificar não haver nenhuma confirmação do Departamento de Aviação Civil do Maputo, concedendo tal autorização, encaminhou o caso imediatamente para as estruturas competentes do aeroporto, para os devidos procedimentos legais. Estes verificaram que a aterragem era legal.

O piloto tentou argumentar, dizendo que o controlador de serviço, no dia 20 de Junho, dia em que sobrevoou pela primeira vez Nampula, rumo a Mayotte, lhe havia autorizado a aterragem no dia 27, dia da sua retenção. No Tribunal, o referido controlador negou a afirmação, tendo dito que informara apenas que havia combustível no Aeroporto de Nampula.

Verificada a irregularidade, Clive Costello apressou-se a pagar às autoridades aeronáuticas, uma multa de 30 000,00 MT, segundo as suas palavras, como forma para acelerar a solução do caso.

No Tribunal, para responder sobre o crime de falsas declarações às autoridades moçambicanas, o réu afirmou que basta a utilização de bom senso, para se reconhecer que o facto de ter pedido a alteração do voo do dia 20 para o dia 19 de Junho, de modo nenhum significava que estivesse cancelado o pedido de autorização para sobrevoar o território moçambicano no referido dia 20.

Mais adiante, Costello disse que, de facto, pretendia sobrevoar o espaço aéreo moçambicano no dia 27 e não no dia 23 de Junho e que esta data foi erradamente transmitida às autoridades moçambicanas pela secretária da companhia.

Costello imputou mais um erro à referida secretária da companhia, alegando que ela não sabia que seria ele, Clives Costello a pilotar o avião, no lugar do citado M. Blisson.

Para o Tribunal, o réu não estava autorizado pelas entidades competentes do nosso País a sobrevoar território moçambicano, quer nos dias 20, quer em datas posteriores.

N. 2  
8  
83